

## APRESENTAÇÃO

*Profª. Doutora Maria Cristina Soares Paniago*

Faculdade de Serviço Social  
Universidade Federal de Alagoas

O presente livro vem responder à necessidade de aprofundamento da discussão sobre a “questão social” para além de sua simples caracterização histórico-social ou, ainda, da análise reiterativa das medidas interventivas propostas pelo Estado, através das denominadas políticas sociais.

É vasta a literatura que trata da “questão social” sobre as mais variadas abordagens teóricas. Colocam-na, principalmente, como objeto de ação social juntamente com a exigência de políticas sociais mais eficientes e democráticas, visando, no horizonte, sua superação por meio do aperfeiçoamento da ação administrativa do Estado e da humanização do capitalismo. A entendem como um problema restrito apenas à forma de distribuição da riqueza na sociedade contemporânea, desvinculando a causalidade da “questão social” da esfera da produção da riqueza que abriga o seu fundamento. Assim, passam a aceitar os limites impostos pelo pressuposto liberal que prevê a propriedade privada dos meios de produção como intocável e insuperável.

Dentre a profusão de estudos, alguns aqui examinados criticamente neste livro, que procuram explicar o mundo contemporâneo e as formas atuais de expressão dos problemas sociais, muitos partem do suposto de que é viável uma solução que implique em:

- . efetuar uma “retomada do Estado Social perdido”,
- . corrigir as disfunções da distribuição da riqueza social no capitalismo,
- . redefinir um novo contrato social que pressuponha um entendimento do capital e do trabalho, com a mediação ativa do Estado,
- . redistribuir o aumento da produtividade em favor dos salários,
- . implementar uma nova política fiscal em favor das rendas baixas que coloque limites ao grande capital e aos ganhos financeiros.

Estas, entre outras soluções, povoam as análises dominantes sobre a “questão social” e conformam uma hegemonia que prevê a possibilidade de solucioná-la sem que haja rupturas que superem a forma de existência social fundada no antagonismo das classes e na exploração do trabalho.

A investigação realizada neste livro, visando elucidar o aparato teórico que fertiliza tais idéias reformadoras do capitalismo, elege dois renomados autores representativos de um novo reformismo contratualista, Robert Castel e Pierre Rosanvallon, para fundamentar sua crítica. Uma vez que identifica serem eles defensores do papel restaurador do Estado, entendendo-o como um terceiro poder de mediação entre as classes (como “representação de todos os interesses”), reproduzindo a concepção de Estado, em última instância, devedora do liberalismo. Apesar da defesa dos interesses sociais dos trabalhadores feita por ambos os autores analisados, por fim, seus estudos têm, conforme a análise realizada, por objetivo a manutenção da coesão social ameaçada, afastando toda possibilidade de ruptura com a ordem dominante.

A abordagem à “questão social” e ao pauperismo proposta neste livro demonstra, neste sentido, uma coragem intelectual que deve ser demarcada, pois vai na contramão de autores e de obras que exercem grande influência no debate contemporâneo dentro do Serviço Social. Procura tanto realizar uma crítica fundamentada na Crítica à Economia Política elaborada por Marx, resgatando os determinantes específicos da “questão social”, sem descuidar-se das relações e determinações que lhe dão sentido a partir do exame da totalidade das relações sociais e de produção que caracterizam o atual capitalismo em crise.

Como, também, realiza este esforço teórico sem perder de vista a vinculação entre teoria e práxis. Busca desvendar nossa complexa realidade social com o objetivo de instrumentalizar a intervenção na realidade concreta, visando sua transformação substantiva e a realização dos objetivos emancipatórios estratégicos dos trabalhadores. E não reforçar a prevalência da ação remediadora do Estado através de políticas sociais voltadas ao enfrentamento da “questão social”, as quais, por último, têm auxiliado na preservação de sua causalidade ao restringir-se apenas a seus efeitos sociais imediatos.

Tendo como propósito a investigação ontológica das causas determinantes do pauperismo e da “questão social”, este estudo reivindica a atualidade das descobertas realizadas por Marx durante sua investigação sobre o sistema do capital, neste caso, a lei geral da acumulação capitalista.

A linha de continuidade histórica do pauperismo e da riqueza na era burguesa pode, assim, ser resgatada desde a origem da relação capital-trabalho e da determinação da condição de existência da classe trabalhadora pela Revolução Industrial. Passa, em seguida, pelo curto

espaço de tempo (30 anos - se considerarmos os 3 séculos de capitalismo maduro) dos anos dourados do capitalismo, que representou o período de crescimento acentuado das taxas de lucratividade do capital. Até se reencontrar, em condições ainda mais desastrosas, com a fase do capital em crise estrutural e os deslocamentos exigidos, com a perda dos instáveis direitos antes adquiridos no Estado Social do *Welfare State*, pelo agravamento das formas de exploração do trabalho, tanto na periferia, como no centro do sistema do capital.

Este primeiro passo foi dado – colocar o problema da “questão social” no terreno histórico-teórico que lhe dá sentido.

Além da recuperação de alguns elementos fundamentais da Crítica à Economia Política de Marx, a autora, enriquece sua análise com a incorporação das idéias de um autor representativo da melhor tradição crítica-ontológica à sociedade capitalista iniciada por Marx. István Mészáros realizou um grandioso estudo sobre as condições contemporâneas das relações sociais e produtivas capitalistas, destacando as contradições atuais do capitalismo em crise estrutural, ao mesmo tempo em que discute os desafios atuais postos para a superação do capital e a emancipação do trabalho.

Este estudo aproveita-se da análise ontológica do Estado feita por Mészáros e extrai daí elementos que elucidam as repercussões da crise estrutural sobre a “questão social”, expressa no aumento da demanda social provocada pelo agravamento das condições de vida da classe trabalhadora, o que tem reivindicado crescentemente a intervenção paliativa e ineficaz do Estado.

O que há de original na análise de Mészáros, de enorme pertinência neste debate, é a tese de que não há formas de controle sobre o Estado e o capital a ser exercido pelos trabalhadores, que visem à superação do sistema de exploração dominante e suas seqüelas sociais. Ele traz à tona uma série de questões histórico-teóricas que acabam por interditar toda aceção afirmativa da democratização do Estado, que suponha a expansão da participação da classe trabalhadora, em seu interior, e a acumulação de forças com o fim de realizar seus interesses estratégicos de classe.

Este é um dos primeiros livros que incorpora esta contribuição teórica inovadora de Mészáros e a articula com a discussão sobre a “questão social”. O que não deve deixar de ser pontuado, uma vez que podemos identificar uma relativa esterilidade deste debate dentro do Serviço Social, provocado pela ofensiva neoliberal sobre os direitos antes adquiridos e o esgotamento do projeto social-democrata do *Welfare State*.

O resultado alcançado por este livro, em alguns momentos mais exploratórios que conclusivos, não encerra as possibilidades de análise dos autores selecionados, nem do próprio tema, ao contrário, aponta para diversas linhas investigativas a serem futuramente

consumadas. Ademais, trás para o debate relevantes argumentos e autores, muitas vezes, previamente eliminados por, supostamente, não darem conta das transformações contemporâneas do mundo.

O percurso investigativo realizado sobre os autores analisados capta, essencialmente, a base teórica da influência que seus argumentos exercem sobre teorias e práticas político-sociais fundamentais nos dias atuais. Por um lado, destaca o fundamento daquelas idéias mais próximas da vertente reformista, devedora dos social-democratas do séc. XIX e do séc. XX.

E, por outro, recupera e atualiza a análise marxiana, através de Mészáros, a qual reivindica uma transformação revolucionária do mundo. O que implica na constituição de uma nova forma histórica de existência social, em que prevaleça a igualdade plena entre os homens e não se permita a reconstituição das iniquidades imanentes à exploração do trabalho e à existência do Estado e do capital.

Este livro tem o mérito de escolher representantes competentes do debate teórico atual, elegendo duas das mais influentes correntes de pensamento que continuam a influenciar nossos tempos confusos.